



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0289937-6
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ASTREINTE – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – COMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE PROCESSOU CAUSA ORIGINÁRIA.

DECISÃO: "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, CONHECEU-SE DO CONFLITO, DECLARANDO-SE COMPETENTE O JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

DATA DO JULGAMENTO: 20 DE MARÇO DE 2013.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Conflito de Competência nº 0289937-6, em que figuram como suscitante o JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL e como suscitado o JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL, nos termos do voto do relator.

Recife, 22 de março de 2013.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0289937-6

SUSCITANTE: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

SUSCITADO: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência, suscitado pelo Juízo da 16ª Vara Cível da Capital, em face do Juízo da 6ª Vara Cível, também, da Capital, pelos motivos elencados na sua decisão interlocutória.

Autuado e distribuído, nesta instância, equivocadamente, ou seja, figurando como suscitado o Juízo de Direito da 7ª Vara Cível da Capital, foi, posteriormente, sanada a irregularidade, consoante o ofício de fs. 411 e as informações prestadas pelo Juízo da 6ª Vara Cível (fs. 407), atendidos os despachos de fs. 404 e 414.

A Procuradoria de Justiça ofertou parecer de fs. 426/429, opinando pela competência da 6ª Vara Cível.

É o relatório.

Recife, 20 de março de 2013

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0289937-6

SUSCITANTE: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

SUSCITADO: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

A decisão interlocutória do Juízo suscitante é a seguinte:

"Na minha ótica a competência para processar a execução de sentença é de quem a emitiu, atingindo tal norma o cumprimento da sentença, bem como todos os seus acessórios, inclusive o cumprimento de decisão interlocutória relativa à astreintes. Somente excepciona-se, na forma do § único do art. 475-P do CPC quando o exequente opta pelo juízo do local onde se encontra os bens sujeitos à expropriação ou o atual domicílio do executado, o que no caso presente é a Comarca do Recife, confundindo-se, pois, com o juízo de origem que processou a causa no primeiro grau de jurisdição, desde modo, salvo melhor juízo, cuido ser competente em discordância com o entendimento do juízo já proferido alhures à 6ª Vara Cível da Capital, até porque penso ser tal competência absoluta, jamais, pois, mitigável. Nes se diapasão, resta configurado conflito de competência, conforme II do artigo 115 do CPC, o qual suscito conflito e determino o encaminhamento de ofício à presidência, na forma do inciso I do art. 118 do CPC, instruindo-o com os documentos necessários a prova

do conflito. Recife, 17 de outubro de 2012. Marcelo Russell Wanderley Juiz de Direito".

O Juízo suscitado, às fs. 407, informa que a ação de execução (proc. nº 0067342-31.2010.8.17.0001) não foi ali distribuída, mas a ação ordinária (proc. nº 0014726-60.2002.8.17.0001), bem como a cautelar nº 0008412-98.2002.8.17.0001, propostas por Jamisson José Cardoso dos Santos contra Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico.

Anoto, por oportuno, como bem salientou o Procurador de Justiça, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, por meio de sucinto provimento, posto no verso das fs. 02 dos autos da ação de execução definitiva da multa astreinte, fixada nos processos, acima mencionados (ordinária e cautelar), a magistrada atuante no Juízo suscitado indeferiu a pretensão atinente à distribuição com base na súmula 235 do STJ, a seguir transcrita:

"A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado".

Reza o artigo 475-P do CPC, em seu inciso II, que o cumprimento da sentença efetuar-se-à perante o Juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.

E mais: "É competente para processar a execução de sentença quem a emitiu, ainda que, posteriormente, venha a lume norma constitucional estabelecendo novas regras de distribuição de competência" (STJ – 2ª seção, CC 69.200, Min. Gomes de Barros).

Assim, a competência é do Juízo da 6ª Vara Cível da Capital, para julgar o processo nº 0067342 e o subprocesso 0068906, respectivamente, ação de execução e embargos à execução.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR.

O/rmps